

## QUESTÃO SOCIAL E DESIGUALDADES HABITACIONAIS: a dimensão rural de pequenas cidades paraenses

Walkiria Maria Sousa da Silva<sup>1</sup>  
Aline Tarcila de Oliveira Lima<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo discute a “questão social” como expressão da luta de classes e contradições intrínsecas às relações sociais capitalistas e como consequência do atual quadro de dominação do capital e de crise, aprofundam ainda mais os efeitos da desigualdade social. A hegemonia burguesa mantém estratégias políticas e econômicas com políticas de ajuste fiscal que promovem o desfinanciamento de políticas sociais. É neste cenário que a classe trabalhadora, cuja reprodução social vem sendo marcada pela ausência no acesso à educação, trabalho, renda e moradia, com maior agravamento para as dimensões de classe, raça e gênero. A discussão baseia-se em revisão bibliográfica, dados secundários e dados de pesquisa de campo<sup>3</sup> realizada em três municípios paraenses onde foram implementados o Programa Nacional de Habitação Rural: Abaetetuba, Santa Isabel e Soure. Os resultados demonstram que as pequenas cidades pesquisadas vivenciam grave situação de pobreza e insegurança, aprofundando a negação do direito à moradia.

**Palavras-chave:** Habitação; Amazônia paraense; Dimensão rural.

### Abstract

The article discusses the “social question” as an expression of the class struggle and contradictions intrinsic to capitalist social relations and as a consequence of the current situation of capital domination and crisis, which further deepen the effects of social inequality. Bourgeois hegemony maintains political and economic strategies with fiscal adjustment policies that promote the defunding of social policies. It is in this scenario that the working class, whose social reproduction has been marked by the lack of access to education, work, income and housing, with greater aggravation for the dimensions of class, race and gender. The discussion is based on a bibliographic review, secondary data and data from field research carried out in three municipalities in Pará where the National Rural Housing Program was implemented: Abaetetuba, Santa Isabel and Soure. The results demonstrate that the small cities surveyed experience serious poverty and insecurity, deepening the denial of the right to housing.

**Keyword:** Housing; Pará Amazon; Rural dimension.

## 1 Introdução

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, e-mail: kiria\_maria@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, e-mail: alinetarcila@gmail.com.

<sup>3</sup> Parte dos dados utilizados neste artigo foi submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética da UFPA e obteve parecer favorável à realização da pesquisa sob o nº de CAAE 14177219.0.0000.0018.

A crise do capitalismo mundial impõe grave crise econômica, política e social, com inflexões no contexto nacional que aprofundam altos índices de desemprego e pobreza. Essa tendência demonstra ameaça à reprodução social e alerta para o crescimento de desigualdades socioterritoriais e impossibilidades no acesso de serviços sociais urbanos, dada a constante redução e apropriação dos recursos públicos destinados às políticas sociais. A pandemia da Covid-19 acirrou as desigualdades sociais no setor mais pobre da população, com o aumento da pobreza da classe trabalhadora, das inadequações das moradias e ausência de saneamento público. São desigualdades expressas de forma combinada e interseccional, a partir das dimensões de classe, raça, gênero e região, em que as opressões atingem em maior ônus majoritariamente pessoas negras, mulheres, pobres e em maior número na região norte e nordeste do Brasil.

Em consequência deste ataque, tem-se o rebaixamento das condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras, trata-se de retirada de direitos e grave violência urbana com diversas formas. Assim, propõe-se neste artigo uma reflexão acerca da desigualdade habitacional como expressão da questão social, com ênfase na moradia em áreas rurais de pequenas cidades paraenses, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A discussão baseia-se em revisão bibliográfica e dados secundários que demonstram grave crise habitacional no Brasil, e em debates que evidenciam que as pequenas cidades paraenses vivenciam grave situação de pobreza, vulnerabilidade e insegurança, aprofundando a negação do direito à moradia. A reflexão foi construída a partir de pesquisa<sup>4</sup> realizada em três municípios paraenses: Abaetetuba, Santa Isabel do Pará e Soure, cidades de implementação do PNHR. Apresenta-se parte dos dados sobre a oferta de serviços públicos essenciais como abastecimento de água, coleta de lixo domiciliar e fornecimento de energia elétrica. O instrumental teórico-metodológico da pesquisa teve como base fundante o método dialético, com centralidade nos desdobramentos e implicações das desigualdades habitacionais na dimensão rural de pequenas cidades da Amazônia paraense.

Além desta introdução, o texto está organizado em duas seções. A primeira discute a questão social e as desigualdades no acesso à habitação e a segunda apresenta dados sobre

---

<sup>4</sup> Fizeram parte da pesquisa 40 (quarenta) moradores, beneficiários do PNHR, sendo 08 (oito) do município de Abaetetuba (Comunidade de Santa Terezinha – Ramal do Palhau e Colônia Velha); 14 (quatorze) de Santa Isabel do Pará (Distrito de Americano – Agrovila de Ferreira Pena) e 18 (dezoito) de Soure (Bairro do Tucumanduba). O instrumental foi por meio de formulários e entrevistas semi-estruturadas.

a questão da moradia em áreas rurais de pequenas cidades no estado do Pará. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

## **2 Questão social e desigualdades habitacionais no Brasil**

A “questão social” constitui o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão e ocorreu a partir do reconhecimento das precárias condições de vida e trabalho da classe trabalhadora subordinadas à ordem burguesa, e aos processos de acumulação do capital, em que mazelas se intensificam a partir da exploração do trabalho, sendo esta atividade humana a única fonte da produção de riqueza social. O trabalho realizado não pago é apropriado pela burguesia e se materializa em mercadoria, garantindo a valorização do capital a partir da exploração da classe trabalhadora, essa é a forma social da produção que é contínua e progressivamente maior para garantir as relações sociais que sustentam a produção e acumulação de capital (Almeida, 2016).

Para Mota (2009) a “questão social” se refere ao processo de politização da desigualdade social inerente à sociedade burguesa. Seu surgimento está vinculado à pauperização dos trabalhadores, e se desenvolve enquanto questão política no século XIX, resultante das lutas operárias com o protagonismo político da classe trabalhadora por meio da pressão ao Estado para reivindicação de direitos diante das contradições na relação capital-trabalho.

No que diz respeito às condições de exploração entre capital-trabalho, Almeida (2016) argumenta que são estruturais e posicionam de forma antagônica os interesses de superação desta ordem societária, intensificando as lutas que constituem as classes sociais e agudizam o pauperismo, que em dinâmica contraditória, a produção da riqueza só se efetiva com a ampliação da pobreza e desapropriação do trabalhador das condições próprias de sua reprodução, ou seja, “a situação de miséria se acentua quanto maior é a riqueza socialmente produzida” (p.81).

No cenário de acumulação capitalista, as cidades permanecem enfrentando grandes desafios imposto pela acumulação do capital. Dada a repercussão deste processo no contexto brasileiro, identifica-se uma sociedade que possui como características o desenvolvimento urbano acelerado e desigual, bem como, intervenções urbanísticas moldadas pela modernização conservadora, que reverbera em grandes transformações nas cidades nas últimas décadas, “exacerbando condições de desigualdades sociais estruturais e históricas do país” (IPEA, 2016, p. 93).

Incluem-se entre as ofensivas do capital os elevados índices de déficit e de inadequação habitacional, dados que se agravam devido à crise econômica e sanitária, além das elevadas taxas de desemprego e das condições de trabalho precárias. Intensifica-se o desmonte das políticas sociais com a redução de recursos e no desfinanciamento dos direitos previstos na Constituição de 1988, que resultam no aumento da população em situação de rua, nos despejos, no déficit habitacional e precariedade nos territórios compreendidos como favelas e comunidades urbanas (Santos Junior; Santos; Azevedo, 2021).

A expressão financeira da crise do capital impõe sérios desafios ao desenvolvimento das cidades e interrompe a garantia de direitos conquistados pelas lutas coletivas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Os reflexos da crise do capital, materializados nas contínuas contrarreformas, intensificam o desmonte das políticas sociais, desvirtuando o fundo público, em que cada vez mais esses recursos são mobilizados para o capital financeiro em detrimento do sistema de proteção social brasileiro com redução e/ou fragilidades nas coberturas e a negação de direitos sociais (Behring, 2018).

Na mesma linha crítica de interpretações sobre os ajustes realizados pelo ideário neoliberal, Maricato (2015) afirma forte ameaça e enfraquecimento dos investimentos nas políticas urbanas estruturadoras como transporte, habitação e saneamento, considerando o corte de recursos destinados às cidades para a promoção de políticas como habitação, saneamento, transporte, mobilidade urbana e programas sociais, entre outros, impõe uma grave crise habitacional.

Os dados da Fundação João Pinheiro (2024) revelam que o déficit habitacional no Brasil soma 6,2 milhões de domicílios, enquanto o de inadequação habitacional aponta para 26,5 milhões de domicílios. O cálculo realizado pela FJP exclui a população em situação de rua, pessoas ameaçadas de despejo e pessoas ameaçadas por desastres socioambientais, em que a ausência desses dados oficiais apontam que pode haver déficit e inadequação habitacional em números superiores.

A crise habitacional brasileira expressa desigualdades de forma interseccional e combinadas, ao considerar as dimensões de classe, raça, gênero, e região, é o que demonstram os dados da Campanha Despejo Zero<sup>5</sup> (2024). No que se refere ao déficit habitacional, 74,5% têm renda de até 2 salários mínimos, 66,3% são pretos e pardos e 62,6%

---

<sup>5</sup> Constituída por uma articulação nacional que reúne mais de 175 organizações, entidades, movimentos sociais e coletivos para atuar contra os despejos e remoções forçadas em todo o Brasil.

são mulheres. A análise também aponta que o déficit habitacional em domicílios de baixa renda se concentra nas regiões Norte e Nordeste (Habitat Brasil, 2024).

Mulheres e pessoas negras são privadas do acesso à terra e a moradia adequada, realidade que persiste nos dias atuais, em que os dados do período de outubro de 2022 a julho de 2024 demonstram que mais de 1,5 milhões de pessoas sofreram com despejos e remoções forçadas, deste total 267.535 são crianças, 1.032,607 são pessoas negras, 938.734 são mulheres, 262.845 são idosos. Os dados revelam que as desigualdades de gênero, raça e classe estão diretamente vinculadas à crise habitacional, em que a crise sanitária provocada pela pandemia de 2019 agudizou ainda mais os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, cuja renda era mais baixa. Assim, os segmentos historicamente identificados em situação de vulnerabilidade e pobreza, como negros e mulheres com baixa escolaridade, possuem menor acesso à educação, emprego e renda, e também menor oportunidades de aquisição de moradia por meio do mercado formal, o que expõe estes grupos a despejos e remoções forçadas (Habitat Brasil, 2024).

Maricato (2015) argumenta que é no contexto de exclusão do mercado imobiliário formal é que a população vai morar do jeito que é possível, com a “autoconstrução da moradia ilegal” pelos trabalhadores em áreas informais e frágeis ambientalmente, o que segundo a autora, essa prática contribuiu para a acumulação capitalista durante todo o período de industrialização no Brasil, com marcas crescente de desigualdade nas cidades.

Com base nas considerações de Oliveira (1999) as cidades são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais, as quais tornam-se bases fundamentais para intervenção direta do Estado na produção do espaço, isso viabiliza a ligação de pontos de expansão de novas formas de relações de produção, o que na Amazônia resulta de diversos fatores e múltiplos sujeitos, sendo necessário compreender a diversidade e complexidade da região.

Conforme Rodrigues (2023), o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que houve uma significativa queda da pobreza no país considerando dados dos biênios 2008-2009 e 2017-2018, porém, os resultados também apontam para uma manutenção das desigualdades estruturais, isso significa dizer que comparando-se as populações urbana e rural as diferenças entre os grupos pouco se alteram. No estudo foram avaliados indicadores não monetários de pobreza e qualidade de vida, para tanto, foram avaliadas seis dimensões: moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde, alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, transporte e lazer.

A partir dessas dimensões constatou-se que em 2008-2009, 44,2% das pessoas que viviam no país tinham algum grau de pobreza. Já em 2017-2018, esse percentual caiu para

22,3%. Outro dado importante que o estudo revelou foram as diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais. Em 2017-2018, 17,3% pessoas que viviam nas cidades apresentavam algum grau de pobreza. No mesmo período, esse percentual era de 51,1% entre a população rural (Rodrigues, 2023).

Por meio dos dados apresentados o estudo revela a manutenção da situação de desigualdade no país, isso demonstra a alarmante situação de vulnerabilidades que vivem as populações de menor renda, quadro que tende a se agravar quando tratar-se, especificamente, das condições de moradia nas áreas rurais do Brasil. Essas condições por que passa a maioria da população tornou-se uma problemática estrutural do país, haja vista que, os lugares onde são construídas as moradias são inadequados, com alta carência de infraestrutura e sem orientação técnica (Santana, 2018). Com base nas considerações de Santana (2018, p. 93) “a produção habitacional expressa a desigualdade social e econômica existente no Brasil, onde a grande maioria dos trabalhadores tem dificuldade de acessar a casa pelo alto preço da oferta privada e pela insuficiente oferta pública de moradias”.

Nessa direção, é importante o que aponta Santana (2018) sobre os indicadores oficiais do déficit e inadequação habitacional no Brasil, em que o problema mais expressivo está na carência de infraestrutura, que em 2010, alcançava quase 13 milhões de domicílios, o componente correspondia a 26,4% do total de domicílios particulares permanentes no país, sendo que na Região Norte esse percentual chegou a 63,1%, o maior quando comparado às demais regiões (Nordeste 43,4%; Sudeste 11,7%; Sul 23,8% e Centro Oeste 43,3%) (Santana, 2018, p. 99).

Pode-se inferir a partir desses indicadores e contradições apresentadas que há desigualdades habitacionais no país que precisam ser amplamente referenciadas, divulgadas e discutidas no sentido de propor ações que possam dirimir as diferenças regionais e viabilizar a produção habitacional a partir de políticas mais equitativas.

### **3 A moradia na dimensão rural em pequenas cidades paraenses**

Na Amazônia, a produção territorial que ocorre no urbano-rural são pressupostos para apreender a moradia na particularidade da dimensão rural em pequenos municípios paraenses. Esta problematização considera que dentre as expressões da questão social, destaca-se a questão da habitação, a qual se insere no contexto do modo de produção capitalista e se caracteriza por um processo de urbanização que expõe a histórica desigualdade socioeconômica do uso e ocupação do solo na região, revelando que o espaço produzido resulta de contradições e múltiplas determinações socioterritoriais.

Ao discutir a questão habitacional brasileira, a partir da problemática das desigualdades regionais e sociais, abordando as políticas públicas implementadas a fim de solucioná-la, verifica-se que, historicamente, as políticas públicas de habitação sempre foram insuficientes no atendimento à população de mais baixa renda, a qual concentra o maior número de déficit habitacional do país. Entretanto, após um período de recursos exíguos, a partir de meados dos anos 2000 a política habitacional e o setor como um todo despontaram com novo fôlego, com ampliação de recursos em todas as principais fontes e indícios de uma maior focalização da população de mais baixa renda (Almeida, 2011).

Foi nessa perspectiva que ações e programas habitacionais voltadas para a dimensão rural avançaram nos últimos anos, em que o PNHR teve visibilidade, sendo um Programa inovador em todo o país, ao passo que visava à habitação de interesse social às categorias historicamente excluídas dos Programas Habitacionais.

Contudo, é válido salientar que as regiões possuem diferenças e especificidades que deveriam ser parâmetros para execução dos Programas Federais, uma vez que, os municípios, principalmente os pequenos com população de até 20 mil habitantes, não possuem estrutura para implementar tais programas. Além disso, como demonstrou Sakatauskas (2015, p. 165), em pesquisa realizada em pequenos municípios paraenses, tais municípios possuem baixa capacidade administrativa, “o que significa um entrave à implementação da política habitacional e que não há um programa ou estratégia de descentralização que se mostrem capazes de superar os problemas que a nova política habitacional apresenta”.

Os pequenos municípios paraenses possuem realidades e condicionantes históricos, econômicos, culturais, sociais, fundiários, ambientais e urbanísticas relevantes, desconsiderados no debate nacional, que dificulta o processo de concretização de direitos referentes à temática da política urbana. Sendo, portanto, fundamental que a política nacional reconheça e incorpore ao planejamento urbano a diversidade da região Norte e trabalhe o reconhecimento diferenciado em áreas, tanto urbanas como rurais, visando sua complementaridade, e criem instrumentos que contemplem a realidade amazônica para que a população possa usufruir dos avanços operados na Constituição de 1988 e todos os demais marcos legais do direito à cidade (Sakatauskas, 2015).

Ainda que a implementação de programas como o PNHR não esteja devidamente alinhada à realidade dos pequenos municípios, o mesmo representa um avanço no âmbito da Política Nacional de Habitação, haja vista que as políticas habitacionais no país sempre foram voltadas para o espaço urbano e, “apesar de a finalidade do PNHR não estar vinculada

diretamente à geração de renda, esse programa pode reduzir o processo migratório, bem como proporcionar dignidade para aqueles que não dispunham de casa própria, principalmente os que moravam em casas de taipa” (Santos, 2016, p. 189).

Pode-se inferir que por meio do Programa famílias da área rural puderam ter melhores condições de habitabilidade, contudo, os indicadores sobre a precariedade habitacional precisam ser analisados de forma abrangente, sendo importante no entendimento de Santana (2018) uma análise detalhada de dois componentes referente à carência de infraestrutura, quais sejam: a existência de rede geral de abastecimento de água e a existência de coleta de lixo. Esses componentes são de suma importância para as reflexões e o direcionamento de ações acerca do Meio ambiente e questões climáticas, pois o acesso à água potável apresenta-se como condição fundamental para um desenvolvimento humano sustentável, bem como a existência de coleta de lixo domiciliar é igualmente considerada um indicador importante para o desenvolvimento urbano-rural das cidades.

Conforme aponta Leite (2022), em relação a distribuição da rede de abastecimento de água no país há consideráveis distorções intrarregionais, pois as regiões do Sudeste (91,9%), Sul (87,2%) e Centro Oeste (85,5%) são as que apresentam os maiores índices de domicílios particulares permanentes com rede geral com canalização interna, enquanto que as Regiões Nordeste (78,1%) e Norte (56,7%) possuem os menores percentuais do serviço. Esses dados evidenciam, segundo o referido autor, discrepâncias substantivas entre as regiões com maiores e menores índices de água encanada, pois, a Região Norte apresenta o menor percentual o que representa um pouco mais da metade dos seus domicílios com abastecimento de água encanada, o que se relaciona com a perspectiva da água ser considerada um fator essencial quando se trata de “um habitar mais digno, humano e sustentável” (Leite, 2022, p. 101).

Nesse viés, a existência de coleta de lixo domiciliar é um parâmetro relevante quando se trata de condições habitacionais dignas, com os mínimos de necessidades atendidas. Apesar do país apresentar alto índice de coleta de lixo, 7% possui coleta indireta e 8,7% não possui esse serviço, sendo que a principal estratégia é a queima, enterro ou outra destinação para o lixo. Assim, o contraste referente a este serviço reside na própria diversidade regional onde o Sudeste apresenta 92,1% e o Norte 56,7% de seus domicílios com coleta de lixo direta ou indireta (Leite, 2022, p. 103).

Considerando, portanto, estes dados nacionais apresenta-se as discussões que envolvem a produção habitacional por meio de programas habitacionais no Estado do Pará e, conseqüentemente, o direito à moradia da população paraense. Nesse sentido, o estudo

realizado por Silva (2019) identificou as contradições inerentes às políticas estatais no contexto do modo de produção capitalista, ao demarcar que a implementação do PNHR, modalidade do PMCMV, nos municípios de Abaetetuba, Santa Isabel do Pará e Soure no Pará foi acompanhada por melhorias ocorridas com a nova casa ao retirar famílias de situação de extrema precariedade habitacional.

A partir do estudo nos referidos municípios, foi possível traçar o perfil dos moradores das áreas rurais, e analisar aspectos socioeconômicos por meio de indicadores como trabalho, renda, situação da moradia, oferta de serviços públicos, entre outros. Em relação à identificação, entre os 40 (quarenta) moradores entrevistados (residentes nos municípios de Abaetetuba, Santa Isabel do Pará e Soure), 87,5% eram do sexo feminino, desse universo havia predominância de raça/cor parda (55%) e negra/preta (35%). A população relativamente jovem, na faixa etária que vai de 18 a 24 anos e de 35 a 44 anos. Também foi possível identificar baixo nível de escolaridade, com 50% dos entrevistados possuindo apenas o Ensino Fundamental incompleto e 15% sem escolaridade (Silva et al, 2021).

Além disso, o estudo procurou identificar qual a situação dos serviços públicos ofertados, o acesso e a avaliação pelos moradores como saúde, educação, coleta de lixo domiciliar, abastecimento de água e energia elétrica nas áreas rurais dos municípios, dos quais neste trabalho destaca-se os três últimos. Sobre o serviço de coleta de lixo, os municípios de Santa Izabel e Soure tiveram uma avaliação positiva do serviço, contudo constatou-se que a maioria dos moradores praticam a queima do lixo no quintal e/ou descartam de forma irregular. Já em Abaetetuba o serviço foi considerado incipiente, pois não ocorre de forma regular, com dias certos para coleta.

No que diz respeito ao serviço de abastecimento de água, em Santa Izabel e em Soure, houve avaliação positiva pelos moradores, devido ao acesso à água encanada, caixa d'água coletiva; poço tipo boca aberta e poço artesiano com bomba elétrica. Por sua vez, em Abaetetuba, houve avaliação negativa pela grande maioria dos moradores devido as casas não possuírem água encanada por empresa pública, motivo pelo qual todos os entrevistados terem poço (63% poço artesiano com bomba e 37% é poço normal, do tipo boca aberta).

Quanto ao abastecimento de energia elétrica, a maioria possui acesso fornecido pela Equatorial e pagavam taxa entre R\$ 71,00 e R\$ 100,00. Um número expressivo de moradores faz ligação clandestina ("gato") diretamente dos postes e/ou da casa de parentes, por não terem condições financeiras para pagar a energia.

Os dados sobre coleta de lixo, abastecimento de água e energia elétrica evidenciam que a população que mora em áreas rurais apresentam dificuldades semelhantes nos três

municípios lócus da pesquisa, pois o serviço precário de coleta de lixo é um indicador da grave situação de poluição e possíveis danos à saúde nessas áreas, e que também é considerado um problema grave para o meio ambiente, sendo uma das principais causas de incêndios com sérias consequências. Em relação aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica, a população cria estratégias para poder ter acesso a dois serviços essenciais de uma moradia com condições habitacionais dignas, haja vista que, o poço e a ligação direta são as principais alternativas dos moradores.

Corroborando com o estudo sobre o PNHR o que aponta Santana et al (2012) ao demonstrar que a região Norte possui municípios com alto nível de pobreza; precariedade de infraestrutura logística (acesso rodoviário e fluvial); e forte carência de infraestrutura, com destaque para o saneamento básico. Mas, além disso, destacam que essa região possui particularidades no modo de viver dos habitantes das “comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas que demandam tipologias diferenciadas na construção da moradia” (p. 19).

Tratando-se, portanto, das condições de moradia da população nas áreas rurais os estudos demonstram que, embora apresente limitações e desafios a serem superados, o PNHR apresentou-se como a principal via da população pauperizada para acessar a habitação com melhores condições de habitabilidade, em que o principal aspecto da moradia, considerado positivo pelos moradores foi a segurança que a casa possibilitou à família, por meio das condições físicas da casa, retirando os moradores de situações de extrema precariedade habitacional. Sendo possível afirmar que os beneficiários não teriam condições de construir uma casa se não houvesse o acesso ao programa (Silva, 2019).

Os dados de pesquisa apresentados nesta seção confirmam que as políticas públicas na dimensão rural carecem de maior conhecimento sobre as particularidades das populações que produzem o espaço rural e que as realidades presentes nos territórios precisam ser parâmetros para a formulação de indicadores que possam identificar as necessidades habitacionais no contexto de pequenas cidades da Amazônia paraense.

#### **4 Considerações finais**

A literatura demonstra que parte da população trabalhadora vive em condições de insalubridade, risco e insegurança nas cidades brasileiras devido à precariedade das moradias. Desse modo, os resultados aqui apresentados sinalizam que há contradições inerentes às políticas estatais no contexto do modo de produção capitalista, pois o PNHR, ao mesmo tempo em que pode ser considerado importante no contexto da política habitacional brasileira por significar a possibilidade de os moradores das áreas rurais terem acesso à

moradia no Brasil, de modo a alterar as condições de precariedade habitacional tão graves, como visto na pesquisa, apresenta limites, visto que os moradores com baixa renda têm dificuldades de arcar com os custos da nova moradia e os serviços básicos, principalmente água e energia.

Por meio do estudo sobre o PNHR em pequenas cidades paraenses foi possível demonstrar que as respostas apresentadas pelo Programa não são condizentes com a realidade socioeconômica dos moradores, os quais encontram dificuldades com a manutenção da casa e com as necessidades básicas das famílias, sendo necessário criar estratégias de sobrevivência.

Além disso, os resultados apresentados ratificam que a política habitacional, por meio do PNHR, não foi articulada com as demais políticas setoriais no contexto da realidade da região, posto que os elementos considerados essenciais para efetivação do direito à moradia, como infraestrutura básica, acesso aos serviços básicos, custo da moradia acessível, habitabilidade, localização, qualidade das moradias, não se apresentaram como pontos positivos determinantes para os sujeitos da pesquisa e o acesso aos serviços públicos apresentaram-se de forma incipiente ou ausente.

Cabe enfatizar que a produção habitacional realizada pelo PNHR, nas localidades já sinalizadas, também aponta para a importância de políticas voltadas à classe trabalhadora, de baixa renda, de áreas rurais as quais tem dificuldades de acessar financiamentos, de maneira que o PNHR se apresenta como um instrumento importante permitindo que esse segmento populacional tenha acesso à casa.

## Referências

ALMEIDA, Isaura Florisa. Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. "Questão Social" e Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e de ruptura com o conservadorismo**. Maria Liduína de Oliveira (org.). São Paulo: Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. IN: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>

HABITAT BRASIL. Crise Habitacional: Brasil tem mais de 1,5 milhão de pessoas afetadas por despejos ou remoções forçadas. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/crise-habitacional-brasil-despejos-remocoes/>. Acesso em: 28 de set. de 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Estatuto da Cidade e o Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana / organizador: Marco Aurélio Costa. Brasília, 2016.

LEITE, Rogerio Proença. Habitação. In: **Brasil em números**/ IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, v. 30, p. 95-107, 2022.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. O Mito da Assistência Social. Ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade. Capítulo 6. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: Amélia Luiza Damiani et al (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto, 1999, pp 199-213.

RODRIGUES, Léo. IBGE: apesar da queda acentuada da pobreza, as desigualdades se mantêm. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 ago. 2023. Caderno de economia. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/ibge-apesar-da-queda-acentuada-da-pobreza-desigualdades-se-mantem>.

SAKATAUSKAS, Giselle de Lourdes Bangoim. Precariedade habitacional em pequenas cidades paraenses: análise a partir dos planos locais de habitação de interesse social. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, 2015.

SANTANA, Joana Valente. Habitação. In: **Brasil em números**/ IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, v. 26, p. 93-108, 2018.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos S; SANTOS, M. S. dos; AZEVEDO, A. J. Dossiê de monitoramento dos ODS e das políticas urbanas federais 2022: direito à cidade e reforma urbana em tempos de inflexão conservadora: os desafios para a reconstrução. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/dossie-de-monitoramento-das-politicas-urbanas-nacionais-2021/> Acesso em: 26 de set. de 2024.

SANTOS, Leide Maria Reis dos. Estado e desenvolvimento: uma análise dos mercados institucionais e do Programa Nacional de Habitação Rural em Alagoas e Sergipe / Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SILVA, Walkiria Maria Sousa da. Produção do espaço e da moradia na Amazônia: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural nas cidades de Abaetetuba, Santa Isabel do Pará e Soure-PA / Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - 2019.

SILVA, W. M. S.; SANTANA, J. V. A Produção da Moradia em Pequenos Municípios Paraenses: um estudo sobre o Programa Nacional de Habitação Rural. Revista Rural & Urbano. Recife . v, 06 n. 01, p. 117 – 140, 2021. ISSN: 2525-6092

SILVA, W. M. S et al. Programa Nacional de Habitação Rural e condições de moradia em pequenas cidades na Amazônia Paraense. Revista de Políticas Públicas, v. 25, n. 1, 2021.